

CONFIABILISMO, JUSTIFICAÇÃO E VIRTUDES

Reliabilism, justification and virtues

Breno Ricardo Guimarães Santos
UFMT

Resumo: Este trabalho tem como propósito principal discutir duas propostas epistêmicas diferentes, ambas sob o título de confiabilismo. A primeira delas, o confiabilismo simples desenvolvido por Alvin Goldman, tem como objetivo central oferecer uma caracterização adequada do elemento justificacional presente na definição tradicional de conhecimento. A proposta de Goldman tem como desafio inicial responder apropriadamente à demanda gettieriana apresentada alguns anos antes, além de corrigir alguns problemas mais centrais que afetaram sua teoria causal do conhecimento. No entanto, a proposta externalista do confiabilismo simples de Goldman enfrentou alguns ataques sérios à sua noção de justificabilidade. Três desses ataques se tornaram mais célebres na literatura recente: o problema da generalidade, o problema da metaincoerência e o problema do novo gênio maligno. Cada um a seu modo estabeleceu desafios reais à proposta confiabilista inicial. A segunda teoria confiabilista que iremos discutir consiste em uma reformulação da proposta goldmaniana, na figura do confiabilismo das virtudes – ou perspectivismo das virtudes, desenvolvido e defendido principalmente por Ernest Sosa, em uma série de trabalhos bastante influentes na epistemologia contemporânea. Nesses trabalhos, Sosa foi capaz de inserir a noção de virtudes intelectuais no debate epistemológico recente, trazendo para o centro do debate externalista uma ideia de formação responsável de crenças, ao mesmo tempo em que tentou responder apropriadamente aos desafios mais centrais enfrentados pelo confiabilismo original. Na primeira parte do artigo apresentaremos a primeira dessas teorias para, logo em seguida, na segunda parte, oferecer um tratamento da reformulação sosiana da proposta confiabilista e uma defesa dessa proposta como mais adequada para lidar com algumas das demandas básicas de uma teoria apropriada da justificação.

Palavras-chave: confiabilismo, justificação, conhecimento, externalismo, virtudes.

Abstract: This work has as its main goal to discuss two different epistemic proposals, both under the reliabilist handle. The first one, the simple reliabilism developed by Alvin Goldman, has as its central goal to offer an adequate characterization of the justificational element present in the standard account of knowledge. Goldman's proposal has the initial challenge of explaining properly Gettier's demand presented some years earlier, but also to correct some more central problems that affect Goldman's causal theory of knowledge. However, the externalist proposal within Goldman's simple reliabilism faced some serious attacks directed to its notion of justification. Three of these attacks became more known in the recent literature: the generality problem, the meta-incoherence problem and the new evil genius problem. Each one in its own way has established challenges to the simple reliabilist account. The second reliabilist theory we will discuss consists in a reformulation of Goldman's account, under the name of virtue reliabilism – or virtue perspectivism, developed and defended mainly by Ernest Sosa, in a series of very important works in contemporary epistemology. In these works, Sosa was able to insert the notion of intellectual virtues in the epistemological debate, bringing to the center of the externalist debate an idea of a responsible belief formation, and at the same time he tried to give a proper answer

to the more central challenges faced by original reliabilism. In the first part of the paper we will present the first of these theories, and after that we will offer a treatment of Sosa's reformulation of reliabilism and a defense of this proposal as a more adequate theory to deal with some basic demands made of a proper theory of justification.

Keywords: reliabilism, justification, knowledge, externalism, virtues.

1. Introdução

Um debate central na epistemologia contemporânea diz respeito à definição de conhecimento e à natureza da justificação epistêmica. Um pequeno artigo de Edmund Gettier, chamado *"Is Justified True Belief Knowledge?"*¹, foi responsável por dar a forma das disputas teóricas neste território e ao tipo de discussão travada no campo epistemológico nos últimos 50 anos. Neste trabalho, Gettier coloca em xeque a definição tradicional de conhecimento, através de alguns contraexemplos que ajudam a identificar nela uma insuficiência teórica. A moral extraída destes contraexemplos é a de que o conhecimento não pode ser caracterizado, como até então se entendia, como um estado idêntico ao da crença verdadeira justificada. A proposta subjacente ao seu trabalho consiste em repensar a conexão entre crença verdadeira e conhecimento, dado que seus contraexemplos mostram que a conexão justificacional tradicional não faz com que o primeiro estado seja equivalente ao segundo. Direta ou indiretamente influenciada pelo trabalho seminal de Gettier, então, a epistemologia tem dedicado boa parte de seus esforços a tentativas de atender a esta proposta, ou seja, a tentativas de descrever mais apropriadamente a natureza do elemento justificacional e, conseqüentemente, de seu papel em uma teoria do conhecimento. Dentre uma variedade de posições filosóficas sobre a natureza da justificação, duas se tornaram mais tradicionais no debate epistemológico contemporâneo. De um lado, os internalistas tentaram, em alguma medida, reforçar um tipo de postura justificacional de caráter subjetivo e responsabilista. Do outro, os externalistas negaram esta posição.

A ideia básica do internalismo é a de que conhecimento demanda um tipo de base racional sólida. E para essa posição, pelo menos em sua versão genérica, esta

¹ GETTIER, Edmund. "Is Justified True Belief Knowledge?" In: *Analysis*, n. 23, 1963, p.121-123.

propriedade que capta de forma apropriada a natureza justificacional deve ser acessível ao sujeito, ou seja, deve haver por parte do sujeito uma autorização, via reflexão, daquilo que na formação de sua crença tem força justificatória. A posição externalista é consideravelmente diferente. Externalistas, grosso modo, rejeitam a demanda internalista e admitem conhecimento sem que haja a necessidade de acesso subjetivo ao componente justificacional de uma crença. Para o externalismo, em sua forma genérica, aquilo que faz com que uma determinada crença esteja justificada diz respeito, antes de tudo, a fatores externos à sua formação. E tais fatores não precisam estar, necessariamente, ao alcance reflexivo do sujeito. O que está em jogo para o externalismo, em algumas versões da posição, é o fato de determinada crença ter sido produzida por um processo (ou mecanismo) que tende a formar mais crenças verdadeiras do que falsas. Em outras versões, por sua vez, o que está em jogo é estabilidade da atitude doxástica do sujeito em situações contrafactuais próximas - como é o caso, por exemplo, de teorias da segurança e da sensibilidade, que defendem que a justificação de uma crença é determinada pela análise contrafactual das atitudes doxásticas do sujeito, em situações contrafactuais próximas². A justificação, neste sentido, advém de uma característica externa ao sujeitos e não da reflexão do sujeito acerca dela - ainda que tal reflexão não esteja proibida de acontecer.

Ambas as posições se desdobraram em importantes teorias epistêmicas contemporâneas. Algumas dessas teorias, entretanto, viram a necessidade de inserir nesse debate conceitos que, em grande medida, não costumavam ganhar destaque em abordagens epistemológicas tradicionais, como é o caso da noção de *virtude intelectual*. Fazendo uso desta noção, algumas teorias contemporâneas tentaram caracterizar o elemento justificacional, ao mesmo tempo em que tentavam dar conta de explicar mais adequadamente a vida mental do sujeito formador de crenças. A ênfase do presente trabalho consistirá na apresentação de uma proposta que oferece

² Não trataremos especificamente de teorias externalistas da segurança e da sensibilidade neste trabalho. Para uma discussão mais aprofundada dessas teorias em língua portuguesa, ver SANTOS, B. R. G. *Disjuntivismo epistemológico e ceticismo radical-uma proposta anticética conciliatória*. Tese (Doutorado em Filosofia) – Programa de Pós-Graduação em Filosofia, Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 184 p., 2017.

um uso particular da noção de virtude intelectual para, de algum modo, tentar responder a desafios que se impõem a qualquer teoria da justificação. Particularmente, queremos discutir como essa proposta apresenta formas de lidar com tais desafios tomando como objeto de avaliação o caráter da pessoa que forma crenças.

Uma das primeiras abordagens desse cenário pós-Gettier a proporem um entendimento mais apropriado do elemento justificacional foi o *confiabilismo*. Embora em sua versão original, desenvolvida por Alvin Goldman, o confiabilismo quanto à justificação seja uma teoria preocupada em primeiro oferecer uma ideia de justificabilidade forte o suficiente para lidar com a demanda gettieriana – além de ser uma maneira de expandir e corrigir sua teoria causal do conhecimento apresentada em anos anteriores – sua proposta se desenvolveu suficientemente para tirar o foco deste problema específico. A proposta central de Goldman é a de voltarmos a atenção para a natureza do elemento justificatório e sugerir um uso intuitivo desse elemento, centrado na posse de processos apropriados de formação de crenças. Veremos, entretanto, que o confiabilismo processual de Goldman está vulnerável a, pelo menos, três problemas que ameaçam sua formulação básica: *o problema da generalidade*, *o problema da metaincoerência* e *o problema do novo gênio maligno*. Na primeira seção deste trabalho, discutiremos detalhes de cada uma das três dificuldades e veremos em que sentido a proposta de Goldman é afetada por elas.

Alternativas confiabilistas à proposta goldmaniana, então, foram desenvolvidas posteriormente, visando uma saída para tais problemas. A mais notável delas foi apresentada por Ernest Sosa. A proposta de Sosa sugere que o tipo de teoria desenvolvida por Goldman precisaria captar melhor o papel que, de alguma maneira, o agente epistêmico parece desempenhar na justificação. Sosa é conhecido por ter introduzido a noção de virtude no debate epistemológico contemporâneo, sugerindo uma melhoria na noção original de processo confiável, através da ideia de virtude intelectual. Para Sosa, o sujeito doxástico só estará justificado se tiver uma perspectiva adequada em relação à fonte de suas crenças. Além disso, a faculdade que gera tais crenças precisa ser confiável, ou seja, precisa ser uma virtude intelectual no sentido

proposto por ele. Como veremos, a posição de Sosa carrega consigo uma intuição responsabilista típica de teorias internalistas, mas isso se dá com base em princípios fortemente externalistas. A ideia geral presente no seu trabalho é a de que o sujeito não precisa saber que sabe, no sentido fortemente internalista da expressão, mas precisa, pelo menos, formar crenças através de faculdades cognitivas confiáveis – e, adicionalmente, sustentar crenças coerentes com seu sistema doxástico total. Na segunda parte do trabalho, veremos o que significa dizer que o sujeito do confiabilismo de Sosa pode estar internamente justificado e de que forma a proposta pretende avaliar a força justificatória de suas crenças com base na avaliação do seu caráter intelectual. Assim, concluiremos apontando que a reformulação operada por Sosa é capaz de superar as dificuldades do confiabilismo simples de Goldman, além de ser uma proposta que indica novos caminhos de conciliação entre posições epistêmicas supostamente conflitantes.

Parte I

2. Confiabilismo simples

Em epistemologia, o trabalho de teorias justificação consiste, em grande medida, em caracterizar apropriadamente a parte epistêmica da definição tradicional de conhecimento. Ideias de como esse tipo de caracterização deveria se dar compartilharam, ao longo da história da filosofia, uma intuição semelhante - a intuição de que este elemento deveria manter uma relação de acessibilidade com o sujeito epistêmico. Teorias internalistas, de modo geral, encaram o componente justificacional como algo que, para ser efetivo, precisa estar acessível ao sujeito formador de crenças. Um sujeito deve ter pelo menos a possibilidade de acesso, via reflexão, àquilo que em última instância justifica suas crenças³. Por outro lado, o externalista pretende sustentar que aquilo que justifica uma crença pode até ser acessível ao sujeito que a

³ Escolhemos ignorar aqui a distinção entre tipos de internalismo, mais particularmente entre acessibilismo e mentalismo. Para os propósitos do nosso trabalho, é suficiente notarmos aqui que há versões do internalismo que demandam, pelo menos, a possibilidade de acesso à base racional sobre a qual nossas crenças estão fundadas. Para mais sobre esta divisão, ver NETA, Ram e PRITCHARD, Duncan. "McDowell and the new evil genius". In: *Philosophy and Phenomenological Research*. v. 74, 2007, n. 2.

mantém, mas, de modo geral, não é necessário que seja. Para a presente discussão, nos interessa investigar mais profundamente o que o externalismo, como uma postura acerca da estrutura e das condições de justificabilidade, tem a oferecer a um plano mais geral do debate epistemológico. Faremos isso, então, discutindo o confiabilismo que, pelo menos em sua versão genérica, incorpora o posicionamento externalista de forma mais notável. Nesta seção, discutiremos a estrutura geral da teoria, em sua versão inicial, e veremos com quais problemas uma abordagem desse tipo precisa lidar.

2.1 Crença e Causalidade

Nos primeiros anos posteriores ao artigo de Edmund Gettier, uma das principais tentativas de respostas que pudessem dar conta do problema foi apresentada por Alvin Goldman, em sua teoria causal do conhecimento. Em 1967⁴, Goldman analisou os casos de Gettier e sugeriu que tais situações não eram instâncias de conhecimento. Embora tal sugestão pareça trivial, dado que essa é uma conclusão fácil de ser extraída dos contraxemplos, Goldman é suficientemente original ao sugerir que o que motiva essa resposta é fato de haver, nesses exemplos, uma inadequação nos antecedentes causais das crenças-alvo. As crenças afetadas pelo acaso⁵, então, não poderiam ser convertidas em conhecimento porque não eram casos de crenças verdadeiras causadas da maneira apropriada.

Consideremos o seguinte caso de Gettier: suponhamos que Smith tem boas evidências para acreditar que Jones possui um Ford, mas não sabe o paradeiro de seu amigo Brown - ele sequer tem evidências a esse respeito. Da crença justificada de que Jones possui um Ford, Smith deduz que Jones possui um Ford ou Brown está em Barcelona. No entanto, Jones não possui um Ford, embora as evidências indicassem o contrário. E, por um acaso, Brown está em Barcelona, sem que Smith tenha qualquer informação a respeito disso. É importante notar que a disjunção acima é válida, posto que um dos disjuntos é verdadeiro - Brown está em Barcelona. Assim, a crença de Smith na disjunção é verdadeira e está justificada, dado que ela foi formada a partir de

⁴ GOLDMAN, Alvin. "A Causal Theory of Knowing". In: *The Journal of Philosophy*, v. 12, n. 64, p. 1967, 357-372.

⁵ Situações nas quais o sujeito acredita na verdade de uma proposição por sorte

fortes evidências acerca de uma proposição da disjunção. No entanto, Smith não parece conhecer a proposição em que acredita. Goldman pretende demonstrar por que este é o caso. Segundo ele, a falha está em entender erroneamente qual é o antecedente causal daquilo que torna verdadeira a crença na disjunção. A crença de Smith é causada pelas fortes evidências que ele tem em favor da proposição de que Jones possui um Ford⁶. Portanto, o disjunto verdadeiro, "Brown está em Barcelona", não seria causalmente anterior à crença de Smith.

Até este momento, o que Goldman oferece é uma teoria que, ainda que não seja inteiramente confiabilista, possui um apelo à explicação causal que já aponta para o caráter externalista de sua teoria. O externalismo de Goldman, nesse momento, sai em busca da história causal da justificabilidade, pretendendo mostrar se existe algum tipo de inadequação no suporte de determinada crença verdadeira candidata a conhecimento. Casos de sorte epistêmica⁷, entretanto, podem ser pensados de modo a comprometer o diagnóstico de Goldman. Para ver como isto é possível, vamos considerar uma versão reformulada de um contraexemplo apresentado por Roderick Chisholm⁸: ao dirigir pelo campo, Ana passa por uma grande quantidade de cachorros disfarçados de ovelhas, mas não tem qualquer suspeita do disfarce. Em dado momento da viagem Ana avista uma ovelha real que, daquela distância, é indistinguível dos cachorros disfarçados pelos quais ela havia passado. Por coincidência, neste exato momento, olhando para a ovelha real, Ana forma a crença de que há uma ovelha no campo.

Vejamos, então, como esse exemplo ameaça o diagnóstico de Goldman. Ele havia defendido que os casos de Gettier não eram casos de conhecimento por conta de uma lacuna na relação causal entre aquilo que justifica uma crença e sua verdade. O caso acima parece demonstrar que o causador da crença verdadeira de que há uma ovelha no campo é a percepção de Ana, no momento em que ela olha para a ovelha real, idêntica aos cachorros fantasiados. E esta relação causal não viola qualquer regra que

⁶ GOLDMAN, Alvin. "A Causal Theory of Knowing". In: *The Journal of Philosophy*, v. 12, n. 64, 1967, p. 358.

⁷ Em PRITCHARD, Duncan. *Epistemic Luck*. Oxford: Oxford University Press, 2005, é possível encontrar um tratamento compreensivo do tema da sorte epistêmica.

⁸ CHISHOLM, Roderick. *Theory of Knowledge*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall, 1966.

poderíamos supor haver na teoria de Goldman. Na verdade, esse contraexemplo pode servir para mostrar que sua proposta admite casos de atribuição de conhecimento bastante contraintuitivos e disputáveis. Afinal, a história causal não falha em sua conexão com a verdade da crença, mas casos como esse não costumam ser vistos como casos de conhecimento – propor o contrário seria se comprometer com uma visão bastante revisionista de como normalmente pensamos nossas atribuições de conhecimento.

Ao sair em defesa de sua proposta, Goldman sugere que uma abordagem adequada dos casos de conhecimento e, em especial, de conhecimento perceptivo, precisa ser capaz de excluir a possibilidade da crença em questão ser uma crença falsa. O mecanismo formador de crenças de Ana não só precisaria formar uma crença verdadeira, mas não deveria haver um mundo possível (uma situação contrafactual) próximo no qual a mesma crença, formada da mesma maneira, seja falsa. No caso acima, por exemplo, Ana não teria conhecimento, ainda que consideremos a proposta inicial da explicação causal de Goldman. Embora esta seja uma resposta bastante interessante para um cenário pós-gettieriano, e uma que parece escapar das dificuldades que o diagnóstico de Goldman enfrentou, não há aqui ainda uma investigação precisa sobre a natureza da justificabilidade. A seguir, discutiremos de que maneira Goldman empreende essa investigação e como os pressupostos oferecidos para dar conta da análise do conhecimento são importantes para entendermos o conteúdo de sua teoria da justificação.

2.2 Confiabilismo processual e justificação

Como vimos, Goldman elaborou uma estratégia para responder ao problema representado pelas considerações gettierianas. Esta estratégia envolve uma abordagem histórica da formação da crença, ou seja, uma abordagem que trata do percurso causal dessas crenças. Adicionalmente, segundo Goldman, para uma crença ser formada adequadamente ela precisa ser tal que, se produzida pelo mesmo mecanismo em circunstâncias análogas, ela não seria facilmente falsa. Ou seja, em circunstâncias contrafactuais próximas, esse mecanismo de formação de crenças deve levar

confiavelmente à verdade. Essa é uma proposta que está, em grande medida, na base da teoria da justificação desenvolvida posteriormente por Goldman.

Há, entretanto, uma diferença considerável entre a proposta inicial que Goldman apresentou e esta teoria da justificação. Enquanto a ideia original dizia respeito à justificabilidade de uma crença específica, sua nova proposta trata da busca por uma teoria explicativa do status justificacional geral dos nossos padrões comuns de formação de crença. Assim, enquanto a proposta anterior é caracterizada como um tipo de confiabilismo local, pois trata das bases sobre as quais a justificação de uma crença particular é garantida, no segundo momento o que está em discussão é um tipo de confiabilismo mais global, o projeto de uma caracterização do conjunto de condições substantivas para nossos processos comuns de formação de crença.

É em *“What is Justified Belief?”*⁹ que Goldman inicia esse segundo projeto. Nesse trabalho, Goldman se propõe a investigar tais condições substantivas e pretende fornecer uma teoria que possa caracterizar, em termos não-epistêmicos, as condições gerais necessárias para que uma crença esteja justificada. Para isso, ele apresenta alguns possíveis princípios-base que tentam fornecer uma ilustração do processo, e das propriedades do processo, que confere justificabilidade direta ao sujeito epistêmico. Não iremos discutir aqui cada um desses princípios, tampouco tal tarefa é interessante para os nossos propósitos. No entanto, tomando a ideia geral proposta por Goldman, que diz que um princípio-base explicativo da justificabilidade direta de um processo precisa ser dado em termos não-epistêmicos, sob pena de cair em circularidade, podemos adiantar que grande parte deles falha em oferecer uma noção clara de justificação e deixa em aberto justamente o que se pretende apresentar. É interessante para nós, entretanto, que a ideia geral de Goldman, que subjaz a análise destes princípios, é a de que eles devem fazer referência, de alguma maneira, às causas da crença. Entre tais causas estariam, segundo ele, processos de formação ou manutenção de crenças que são intuitivamente, e confiavelmente, conferidores de justificação -

⁹ GOLDMAN, Alvin. “What Is Justified Belief?” In: PAPPAS, George (Org.). *Justification and Knowledge*. Dordrecht: Reidel, 1979. Reprinted in A. Goldman, *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*, Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

como processos perceptivos, memória, raciocínio adequado e introspecção. Segundo ele,

O status justificacional de uma crença é uma função da confiabilidade do processo ou dos processos que a causam, onde (como primeira aproximação) confiabilidade consiste na tendência de um processo em produzir crenças que são verdadeiras ao invés de crenças falsas¹⁰.

Para Goldman, nossas intuições acerca da justificabilidade de nossas crenças são paralelas às intuições que temos sobre a confiabilidade dos processos de causação delas¹¹. Quando perguntamos, por exemplo, se *S* está justificada em crer que vê uma ovelha no campo, estaríamos fazendo uma pergunta sobre o grau de confiabilidade do processo causador desta crença.

Como estamos lidando com um tipo de confiabilismo processual, é necessário oferecermos um breve esclarecimento sobre o que estamos falando quando dizemos que algo é causado por um processo. O próprio Goldman oferece uma explicação para o sentido dessa expressão¹². Segundo ele, um processo é um procedimento funcional, uma operação na qual alguns estados de entrada (*inputs*) causam outros estados de saída (*outputs*). Em linhas gerais, para Goldman, um processo gerador de crença é um mecanismo que usa antecedentes para causar crenças comuns. No caso da memória, por exemplo, os antecedentes seriam crenças ou experiências em algum momento t_1 , que gerariam novas crenças de saída em algum momento posterior t_n . Esse é o caráter geral de seu confiabilismo processual. Ao sugerir que os estados de saída são causados por esses estados de entrada, Goldman oferece uma teoria da justificação que, diferentemente do que é largamente aceito pela tradição internalista, não trata a

¹⁰ GOLDMAN, Alvin. "What Is Justified Belief?" In: PAPPAS, George (Org.). *Justification and Knowledge*. Dordrecht: Reidel, 1979. Reprinted in A. Goldman, *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*, Cambridge, MA: MIT Press, 1992.. Esta tradução e todas as outras ao longo do texto são traduções nossas feitas com base no trabalho original citado.

¹¹ GOLDMAN, Alvin. "Strong and Weak Justification". In: TOMBERLIN, James (Org.). In: *Philosophical Perspectives 13: Epistemology*. Atascadero: Ridgeview, 1988. Reprinted in A. Goldman, *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*, Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

¹² GOLDMAN, Alvin. "What Is Justified Belief?" In: PAPPAS, George (Org.). *Justification and Knowledge*. Dordrecht: Reidel, 1979, p. 96. Reprinted in A. Goldman, *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*, Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

justificabilidade como algo que, para ser efetivo, precisa estar acessível ao sujeito epistêmico em t_1 ou t_n . Considerações como essa são o que, em larga medida, separam sua teoria dessa outra posição difundida acerca da justificação. Sua posição é responsável, então, por salvaguardar casos de conhecimento em que o acesso atual ao que justifica a crença não pode ser feito pelo sujeito – como é o caso, por exemplo, de muitas crenças causadas pela memória.

A abordagem confiabilista de Goldman, assim formulada, parece lidar de forma mais eficaz com algumas objeções que afetam outras teorias epistêmicas de destaque. Particularmente, há uma objeção que pode ser feita a muitas dessas teorias que diz respeito à ideia de que algumas abordagens não conseguiriam contemplar satisfatoriamente casos de conhecimento comum, como é o caso do conhecimento com base na memória ou na percepção¹³. A posição de Goldman evita facilmente essa objeção, pois é justamente desse tipo de conhecimento, considerado corriqueiro e paradigmático, que sua proposta trata. No entanto, o confiabilismo processual considerado nos moldes acima está vulnerável a alguns problemas que, de certo modo, enfraquecem consideravelmente seu potencial como teoria da justificação. No que segue, veremos três desses problemas e algumas estratégias de solução. Sendo uma delas, e a que nos interessa mais neste trabalho, uma teoria da justificação centrada na ideia de virtude intelectual.

3. Alguns problemas para o confiabilismo

Como vimos, o confiabilismo é a teoria segundo a qual para uma crença estar justificada ela precisa ser o resultado de um processo (ou mecanismo) de formação ou manutenção de crenças que é confiável. Ou seja, uma crença só possui esse status epistêmico se for formada por um processo que, confiavelmente, leva a mais crenças verdadeiras do que falsas. Apesar de parecer eficaz ao lidar com muitos casos de conhecimento, essa proposta está vulnerável a pelo menos três problemas importantes. Veremos brevemente qual o ponto geral desses problemas e em que medida eles afetam a proposta confiabilista.

¹³ Uma crítica do tipo é feita teoria das virtudes de Linda Zagzebski.

3.1 O problema da generalidade

Embora a sugestão de que a justificabilidade de uma crença deve estar no processo que a causou nos forneça uma resposta aparentemente intuitiva para problemas gerais da justificação, alguns autores pontuaram¹⁴ que tal resposta não parece ser suficiente, dado que ela estaria exposta a uma dificuldade que supostamente acarretaria a insustentabilidade da proposta confiabilista. Para entender o problema da generalidade, precisamos pensar detalhadamente qual a configuração de um processo de formação de crenças. Pensemos, por exemplo, que a crença particular de S de que há uma ovelha no campo é formada por um processo geral que pode ser tipificado como uma instância de processos de percepção, processos que ocorrem em dias ensolarados, processos de formação de crença quando na presença de objetos a uma determinada distância, ou outros tipos de processos específicos que costumam levar a crenças verdadeiras.

Uma pessoa que defende o confiabilismo genérico dificilmente rejeitaria uma caracterização como essa acima, dado que não está claro a que modelo específico um processo mais geral está relacionado quando se dá uma formação de crença deste tipo. O problema, então, se estabelece. Tendo em vista que cada um dos processos específicos sustenta um grau diferenciado de confiabilidade, precisaríamos identificar qual deles é o processo responsável pela formação confiável da crença em questão. Como confiabilistas geralmente não fazem essa distinção, os críticos da abordagem sugerem que não podemos atribuir, logo de saída, grau algum de confiabilidade para o processo geral em questão, pois esta confiabilidade derivaria, necessariamente, da confiabilidade do tipo de processo particular ao qual ele está relacionado. Na abordagem confiabilista para o caso da ovelha de Chisholm, não parece haver discriminação se o processo em questão é uma corruptela de um processo mais específico, como o da visão em ambientes abertos, em dias ensolarados, à distância moderada, etc. Mesmo que essa discriminação ocorra, entretanto, ela parece muito

¹⁴ Para elaborações mais detalhadas do problema da generalidade, Cf. CONEE, Earl; FELDMAN, Richard. "The Generality Problem for Reliabilism". In: *Philosophical Studies*, n. 89, 1998, p.1-29; e SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1991.

restritiva – um processo desse tipo poderia levar, por exemplo, a apenas uma crença particular (a crença específica sobre a ovelha no campo); ou ela parece *ad hoc*, dado que identificar a crença como fruto de um processo específico desse tipo pode atender apenas à necessidade de reconhecer tal crença verdadeira como formada confiavelmente. Como a própria noção de confiabilidade está sob ataque na presença deste problema, a base do confiabilismo parece estar comprometida.

3.2 O problema da metaincoerência

Um dificuldade adicional afeta diretamente a noção de confiabilidade do processo formador de crenças: o problema da metaincoerência. A ideia por trás desse problema consiste em pensar que mesmo que uma crença seja formada por um processo identificado como altamente confiável, este processo não é suficiente para conferir justificação para a crença em questão. Laurence Bonjour possui um exemplo ilustrativo nesse sentido¹⁵. Imaginemos que Ana forma a crença *p* de que a presidenta do Brasil está em São Paulo; sua crença de que *p* é originada na sua posse de clarividência que, por sua vez, imaginemos, é um processo que não só existe como também é realmente confiável, nas circunstâncias atuais; no entanto, Ana possui razões que lhes parecem (e parecem também à sua comunidade) boas o suficiente para suportar a crença de que não existe algo como a clarividência; adicionalmente, Ana possui boas razões para crer que a presidenta está em Brasília e não em São Paulo; sua crença original, a despeito disso, é verdadeira, pois a presidenta está, de fato, em São Paulo – e as evidências contrárias eram uma estratégia de dispersão da mídia, encomendada pela segurança da presidenta, por conta de uma ameaça de atentado contra ela; adicionalmente, sua crença foi formada por um processo realmente confiável; assim, podemos nos questionar: neste caso específico, Ana sabe que *p*? Ana sabe que a presidenta está em São Paulo?

Parece haver um conflito de intuições, nesse caso. De um lado, há a tese confiabilista, segundo a qual aquilo que converte uma crença verdadeira em uma

¹⁵ BONJOUR, Laurence. “Externalist Theories of Empirical Knowledge”. In: *Midwest Studies In Philosophy*, v. 5, 1980, p.53-73. Nesta seção, iremos trabalhar com uma versão amalgamada de algumas variantes do caso sugerido por Bonjour.

instância de conhecimento é o fato dela ser produzida por um processo confiável. Do outro lado, entretanto, há um conjunto forte de evidências que Ana possui, conscientemente, contra a crença de que p . Ana possui um alto grau de confiabilidade externa, ou seja, os fatos ambientais extramentais que conduzem à formação de sua crença são confiáveis, mas ela falha em sustentar algum tipo de justificação interna para sua crença. Em outras palavras, apesar de Ana possuir uma justificação de primeira ordem que, em circunstâncias normais, confere a ela uma quantidade maior de crenças verdadeiras do que crenças falsas, existe uma falha na sua justificação de segunda ordem, ou seja, ela não tem razões suficientes para crer na confiabilidade do seu processo de clarividência, ou simplesmente para crer que ele existe – além de possuir razões convincentes para crer que o processo não existe.

O terceiro problema tem um formato semelhante. Ele também explora o conflito das intuições internalistas e externalistas em jogo, mas dessa vez inverte o esquema justificacional.

3.3 O problema do novo gênio maligno

Suponhamos, para fins de exemplo, um mundo possível no qual S_1 possui características mentais idênticas às de S no mundo atual, desde suas experiências, passando por suas inferências, memórias, raciocínios mais particulares, enfim, todo seu pano de fundo epistêmico; boa parte das crenças de S sobre o mundo está justificada; S_1 , por sua vez, forma as mesmas crenças, a partir da mesma base não-factiva, das mesmas inferências e do mesmo tipo de raciocínio. Assim, parece natural supor que as crenças de S_1 têm a mesma base racional que as crenças de S ; sendo este o caso, podemos concluir que as crenças de S_1 e de S estão igualmente justificadas. Suponhamos, entretanto, que S_1 está completamente enganado acerca de suas crenças; isso se dá por conta da existência de um gênio maligno do tipo cartesiano, criador de S_1 , que fornece percepções falsas para todas as suas criações. Portanto, ainda que S_1 esteja justificado em formar suas crenças, suas crenças são largamente falsas, e são formadas através de processos não-confiáveis. No presente caso, o sujeito

manipulado parece possuir o mesmo tipo de justificação que o sujeito do mundo não-manipulado, pois é dotado do mesmo conjunto de evidências e do mesmo pano de fundo epistêmico que seu gêmeo no mundo atual. O problema que se impõe é o seguinte. Se dizemos que S_1 está na mesma situação epistêmica que S , então confiabilidade não é um elemento necessário para a justificação; a tese confiabilista seria falsa. O exemplo coloca em jogo, então, o papel da confiabilidade para conferir justificação epistêmica. Se no problema da metaincoerência, o resultado depreendido parece ser o de que confiabilidade não é suficiente para termos crenças justificadas, no problema do novo gênio maligno, poderíamos depreender que confiabilidade sequer é necessária para tal. E isto é, por si só, bastante problemático para a presente proposta¹⁶.

Outras objeções ao confiabilismo podem ser formuladas – e, de fato, foram¹⁷. No entanto, esses três problemas são as maiores ameaças para a abordagem confiabilista, enquanto teoria da justificação. No que segue, veremos um interessante caminho de solução desses problemas, quando Ernest Sosa insere a noção de virtude no debate confiabilista, tentando reforçá-lo frente a ameaças desse tipo.

3.4 Estratégias de solução

Como vimos até aqui, os três problemas acima são críticos para uma teoria confiabilista da justificação. Enquanto um deles ataca uma suposta vagueza na noção de processo confiável, outro ataca a suficiência da confiabilidade para a justificação, e o terceiro coloca em dúvida a necessidade da confiabilidade para tal. Os três tocam em pontos caros para o confiabilismo – em especial, ao confiabilismo goldmaniano. Nenhum confiabilista parece estar disposto a ignorar ou abrir mão inteiramente das intuições envolvidas nos problemas. O próprio Goldman, ainda em seu trabalho

¹⁶ Para uma discussão aprofundada deste problema, ver LITTLEJOHN, Clayton. *The new evil demon problem..* <http://www.iep.utm.edu/evil-new/> (último acesso em: 17/06/2016).

¹⁷ Em ZAGZEBSKI, Linda. “The Search for the Source of Epistemic Good”. In: *Metaphilosophy*, n. 34, 2003, p.12-28, podemos encontrar uma crítica ao modelo máquina-produto sobre o qual o confiabilismo se apoia. Zagzebski alega que tal modelo falha em dar conta da questão em torno do valor do conhecimento. Esse problema, todavia, não é de suma importância para os propósitos deste trabalho.

confiabilista seminal, do qual falamos anteriormente, já antecipava a iminência de uma crítica direta à noção de confiabilidade, contida no problema da generalidade. Neste trabalho, ele reconhece que nossa intuição aponta para a adoção de processos mais gerais na explicação de um processo particular. No caso da ovelha, por exemplo, teríamos a tendência de adotar a percepção como o processo geral responsável pela formação adequada de crenças, em detrimento de processos com resultados mais limitados, como processos que ocorrem em dias ensolarados ou processos que ocorrem toda quarta-feira. Entretanto, essa é apenas uma constatação empírica e não uma explicação ou solução para o problema da generalidade. Mesmo adotando processos gerais que abarcam uma quantidade maior de crenças verdadeiras, essa posição ainda está vulnerável à dificuldade posta pelo problema, dado que um processo tão genérico pode dar origem não só a crenças justificadas, mas também a crenças injustificadas¹⁸.

Os problemas persistem e parecem precisar de algum tipo de reformulação na própria estrutura do confiabilismo, principalmente em sua estrutura justificacional interna. Em *“Strong and Weak Justification”*¹⁹, Goldman oferece uma reformulação de seu confiabilismo-de-processo, de modo a se adequar melhor às demandas apresentadas por algumas das dificuldades acima. Nesse trabalho, e em alguns trabalhos posteriores, Goldman defende uma separação entre os tipos de justificação interna que um sujeito pode possuir para determinada crença, quando o que está em jogo é a confiabilidade do mecanismo que a formou. Segundo ele, tanto o problema do novo gênio maligno quanto o da metaincoerência dizem respeito a essa divisão de intuições acerca da justificabilidade das crenças em questão. Para o autor, o que está em jogo é a diferença entre um tipo mais fraco e um tipo mais forte de justificação. De acordo com essa nova divisão, S estaria justificado no sentido forte se, e apenas se, sua crença fosse bem formada. Ou seja, formada por um processo que conduz à verdade no mundo atual e nos mundos possíveis próximos. Essa parece ser uma posição

¹⁸ SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1991, p. 131.

¹⁹ GOLDMAN, Alvin. “Strong and Weak Justification”. In: TOMBERLIN, James (Org.). *Philosophical Perspectives 13: Epistemology*. Atascadero: Ridgeview, 1988. Reprinted in A. Goldman, *Liaisons: Philosophy Meets the Cognitive and Social Sciences*, Cambridge, MA: MIT Press, 1992.

claramente externalista, pois enfoca não no grau de justificação de segunda ordem que *S* tem para o processo que deu origem a suas crenças, mas sim na justificação primária do próprio processo. Adicionalmente, *S* estaria justificado no sentido fraco se, e apenas se, sua crença fosse mal formada em um sentido particular. Ela precisaria ser fruto de um processo não confiável de formação de crenças, mas sobre o qual *S* não forma crença de segunda ordem alguma (nem teria como formar, em um mundo possível próximo).

Percebe-se de saída que a concessão de Goldman parece querer salvar seu método. Isso porque, se pensarmos, por exemplo, no caso do gênio maligno, a tendência de atribuição de justificação parece mudar um pouco de figura. Frente a essa sugestão, *S1* não possui o mesmo tipo de justificação que *S*, embora tenhamos a impressão de que isso ocorre. O sujeito manipulado passa a possuir apenas o tipo fraco de justificação, pois suas crenças são formadas por um processo que não é sequer minimamente confiável, mas ele não possui crença alguma de segunda ordem acerca desse fato. Como ele não tem a possibilidade de identificar a falha no processo, ele mantém certo grau de justificabilidade, ainda que esse grau não seja suficiente para o conhecimento. Em contrapartida, o sujeito do mundo não manipulado está de posse do tipo forte de justificação, pois suas crenças são formadas por um processo confiável de produção de crenças verdadeiras. Assim, o conhecimento é possível para esse sujeito. Ainda que concedamos o ponto de Goldman e consideremos os dois tipos de justificação, sua sugestão não parece salvar os outros dois problemas acima. Nosso interesse, então, é procurar uma teoria que o faça.

Parte II

4. Confiabilismo e virtudes

Vimos que o confiabilismo histórico de Goldman foi alvo de importantes objeções desde sua formulação. Apontamos que uma teoria da justificação nos moldes confiabilistas oferece uma boa explicação acerca dos mecanismos comuns de formação de crenças, mas não parece resistir aos problemas da generalidade, da

metaincoerência e, em certa medida, do novo gênio maligno, que são fundamentais para discutir a noção de justificação presente na proposta. Mesmo reformulando seu confiabilismo para dar um espaço maior à questão da justificação interna, a teoria de Goldman continuou sendo alvo de objeções quanto à eficácia das noções de justificação forte e justificação fraca contidas em sua reformulação.

Um dos autores que questionou a eficácia da proposta de Goldman foi Ernest Sosa. Em *Knowledge in Perspective*, Sosa dedica alguns ensaios à discussão das dificuldades enfrentadas pelo confiabilismo clássico e sugere que tanto sua versão original quanto sua reformulação posterior oferecem uma explicação importante acerca da confiabilidade dos mecanismos que formam uma crença, mas lidam inadequadamente com a noção de justificação interna. Sosa entende que o que está em jogo nesses problemas é essa dificuldade em lidar apropriadamente com a justificação interna do sujeito. Para ele, a proposta de Goldman oferece respostas apenas no nível metajustificacional²⁰. Sua sugestão é a de que essa divisão não é forte o suficiente para dar conta de explicar o que há de diferente entre crenças formadas confiavelmente em situações do mundo atual e crenças manipuladas.

Em última instância, o que S_1 possui no mundo manipulado é o mesmo tipo de justificação que S , no mundo atual, possui quando forma crenças de modo confiável, mas não forma meta-crenças acerca desta confiabilidade. Ambos possuem metajustificação para o processo formador de crenças, por não possuírem crenças de segunda ordem que coloquem em suspeita a confiabilidade deste processo. Ainda em *Knowledge in Perspective*, Sosa sustenta que a reformulação sugerida por Goldman é insuficiente, pois lida com uma ideia muito fraca de justificação interna. Sua proposta para superar essa dificuldade é, então, sugerir que para pensarmos na justificação em sentido realmente forte, precisamos entender sua conexão com as virtudes intelectuais do sujeito doxástico.

²⁰SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1991, p. 138.

4.1 O perspectivismo das virtudes

Nesse trabalho, Sosa lança a proposta de um tipo diferente de epistemologia para tentar lidar com os problemas que afetaram diretamente o confiabilismo processual. Ele batiza sua teoria de perspectivismo das virtudes, pois sugere que para uma crença ganhar o status de conhecimento ela não deve, ao contrário do que sustenta a teoria goldmaniana inicial, ser definida apenas em função do processo confiável que a formou. Ela precisaria, adicionalmente, ser derivada de uma virtude intelectual. Para entender melhor a sugestão de Sosa, precisamos primeiro discutir o que ele quer dizer por “virtude intelectual”.

Em *Virtues of the Mind*²¹, Zagzebski usa a noção de virtude em um sentido estritamente aristotélico. Segundo ela, as excelências do caráter que interessam para sua teoria são aquelas que, no trabalho de Aristóteles²², são nomeadas de virtudes morais. Em sua teoria, uma virtude intelectual é um traço de caráter, adquirido e mantido pelo hábito, que envolve uma motivação característica para atingir o fim particular e geral dessa virtude, e um sucesso confiável em atingir esses objetivos. Poderíamos fazer um paralelo, ainda que distante, entre o uso que Zagzebski faz da noção de virtude e, por sua vez, o uso desta noção na abordagem confiabilista. Dado que os dois usos remetem a uma preocupação antiga em definir o caráter cognitivo dos sujeitos, sejam eles morais ou epistêmicos, parece natural querer fazer essa aproximação. No entanto, seria um equívoco pensar nesses usos da mesma maneira. Para o confiabilismo, e diferentemente do que sugere a teoria zagzebskiana,

[...] o caráter cognitivo que suporta o conhecimento não precisa ser adquirido, tampouco precisa ter o forte componente motivacional de uma virtude moral aristotélica, e não precisa ser uma excelência no sentido aristotélico. Em vez disso, o aspecto essencial de uma virtude intelectual é seu componente de sucesso, ou como nos termos de

²¹ ZAGZEBSKI, Linda. *Virtues of the Mind: An inquiry into the nature of virtue and the ethical foundations of knowledge*. New York: Cambridge University Press, 1996, 365 p.

²² ARISTOTLE. *Aristotle's Nicomachean Ethics*. Chicago: University Of Chicago Press, 2011. Tradução de Robert C. Bartlett e Susan D. Collins.

Quando falamos em virtudes no sentido confiabilista, estamos querendo falar de um tipo de faculdade ou capacidade natural confiável em gerar mais crenças verdadeiras do que falsas. Em *Virtues of the Mind*, e em trabalhos posteriores²⁴, Zagzebski sugere que esse uso do conceito de virtude intelectual é inadequado e não está alinhado com o uso comum do termo. Segundo ela, a visão, a memória, a audição, ou qualquer outra faculdade natural são faculdades, de fato, como entende o confiabilismo. No entanto, para ela, o que os gregos entendiam por virtudes não fazia referência a faculdades, nesse sentido, mas a excelências dessas faculdades. Por isso, afirma, a maneira confiabilista de usar a noção de virtude para propor um tipo de teoria da justificação é inadequada, se pensarmos a maneira pela qual o termo tem sido aplicado em teorias morais.

Zagzebski propõe que uma crença virtuosamente formada é o paralelo epistêmico de um ato virtuosamente executado. Um ato de virtude intelectual, assim, conserva as mesmas características do ato de virtude moral, mas não conserva o mesmo objetivo geral da virtude, apesar de manter sua relação com ele. O objetivo geral de uma virtude intelectual zagzebskiana é o conhecimento. O conhecimento está para a teoria de Zagzebski como a felicidade está para as virtudes morais aristotélicas. Um ato de virtude intelectual, nesse sentido, é um ato que expressa o componente motivacional de uma virtude e que deve levar à verdade por conta de suas características internas.

O ato de virtude intelectual é, desse modo, o componente que transforma a mera crença verdadeira em conhecimento. Ele substitui, nessa teoria, a noção comum de justificação por uma que, segundo Zagzebski, é forte o suficiente para não sucumbir a contraexemplos, ou sequer pressupô-los.

Em contrapartida, John Greco sugere que é a própria Zagzebski que está fazendo um uso inadequado dessa noção. Segundo ele, Zagzebski toma pra si uma ideia de

²³ GRECO, John. "Two Kinds of Intellectual Virtue". In: *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 1, n. 60, 2000, p. 179

²⁴ ZAGZEBSKI, Linda. *On Epistemology*. Belmont: Wadsworth, 2009.

virtude que está limitada ao uso aristotélico e não ao uso comum do termo²⁵. Ele sustenta que, se pensarmos em virtudes sem tomar o uso aristotélico como paradigmático, poderíamos pensar as excelências de tipo zagzebskiano e as virtudes confiabilistas como membros do mesmo campo teórico. Para Greco, as duas abordagens captam uma intuição importante acerca da característica central para a epistemologia das virtudes, a de que as propriedades normativas do sujeito devem ser anteriores às propriedades normativas das crenças²⁶. Se essa proposta estiver correta – e não parece haver um desacordo sobre ela entre os autores envolvidos, o uso que Sosa faz da noção de virtude não está tão deslocado da proposta inicial de Zagzebski.

Greco sugere que o uso adequado desse termo deve seguir a ideia central das teorias morais, de que as propriedades normativas dos atos devem ser derivadas do caráter moral do sujeito que os executou²⁷. Para ele, então, limitar a ideia de virtudes a um tipo de excelência puramente aristotélica, como o faz Zagzebski, é fazer mau uso desta noção. Ainda segundo Greco, essa limitação leva a problemas ainda maiores para a proposta aretaica, do ponto de vista epistêmico.

Ele sustenta que, ao contrário do que Zagzebski sugere, atos de virtude não são suficientes, ou sequer são necessários, para definir o caráter cognitivo e a justificabilidade de um sujeito. De acordo com a proposta zagzebskiana, um sujeito que executa um ato de virtude intelectual não precisa estar de posse da virtude em questão. Basta que seu ato seja algo que alguém com uma virtude *A* provavelmente, ou caracteristicamente, faria em circunstâncias análogas. Pensando atos de virtude nesse sentido, a proposta de Zagzebski parece estar exposta a uma objeção comum ao confiabilismo processual. Ao definir conhecimento em termos de processo confiável, o confiabilismo precisa dar conta de problemas que dizem respeito à adoção de processos confiáveis de maneira efêmera (*fleeting processes*), ou até acidental. O

²⁵ GRECO, John. "Two Kinds of Intellectual Virtue". In: *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 1, n. 60, 2000, p. 179.

²⁶ GRECO, John. "Two Kinds of Intellectual Virtue". In: *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 1, n. 60, 2000, p. 181.

²⁷ Uma sugestão semelhante pode ser encontrada em SOSA, Ernest. "The Raft and the Pyramid: Coherence versus Foundations in the Theory of Knowledge". In: *Midwest Studies In Philosophy*, n. 5, 1980, p. 15.

confiabilismo precisa mostrar, dessa forma, que o que importa para o conhecimento deve ir além do processo adotado, dado que, segundo Greco, casos de adoção acidental de processos confiáveis não são casos de conhecimento. Desse modo, Zagzebski precisaria dar o mesmo tipo de resposta, pois um sujeito poderia agir caracteristicamente como age o possuidor de uma virtude *A*, mas não estar inclinado a agir dessa maneira de uma forma geral.

Greco sustenta que, “mesmo se concedermos que agir da maneira especificada seja altamente confiável, o agente em si não seria confiável”²⁸. Dessa forma, não parece ser o caso de um ato de virtude, como proposto por Zagzebski, ser suficiente para uma teoria adequada da justificação. Esse problema poderia ser resolvido, entretanto, se a ideia de um ato de virtude fosse modificada para incluir a posse da virtude em sua definição. Dado que a virtude intelectual carrega consigo uma confiabilidade inerente, essa modificação garantiria o sucesso de quem age como um sujeito virtuoso. No entanto, ela também implicaria algo que Zagzebski não parece disposta a aceitar. A sugestão parece implicar que o que está em jogo não é mais o ato de virtude zagzebskiano, mas a confiabilidade da virtude contida neste ato²⁹. Esta é uma sugestão fortemente confiabilista e a autora provavelmente não subscreveria algo do tipo.

Adicionalmente, parece ainda que esses atos de virtude não são sequer necessários para a avaliação cognitiva do agente que os executa. Greco chama atenção para a possibilidade de pensarmos em agentes cognitivos que, mesmo sem executar atos como esses, são altamente confiáveis nos domínios comuns da investigação humana. Pode haver casos, por exemplo, em que um agente não executa tais atos, mas parece adquirir conhecimento de uma maneira diferenciada, e com um grau de confiabilidade maior do que o de agentes que os executam. Para Greco, um gênio da matemática representa um caso paradigmático, nesse sentido³⁰.

²⁸ GRECO, John. “Two Kinds of Intellectual Virtue”. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 1, n. 60, 2000, p. 183.

²⁹ GRECO, John. “Two Kinds of Intellectual Virtue”. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 1, n. 60, 2000, p. 184.

³⁰ GRECO, John. “Two Kinds of Intellectual Virtue”. In: *Philosophy and Phenomenological Research*, v. 1, n. 60, 2000, p. 182.

Dessa maneira, a sugestão confiabilista – e Greco está incluso aqui – é a de que a noção de virtude intelectual seja entendida de uma forma diferenciada, para atender tanto a estas demandas justificacionais mais gerais quanto àquelas levantadas pelos problemas com os quais o confiabilismo tradicional precisa lidar. Resta-nos, então, ver o que há de peculiar nas virtudes intelectuais confiabilistas, propostas por Sosa, como uma maneira de fortalecer o confiabilismo como teoria da justificação.

Para Sosa, uma virtude intelectual é um tipo de competência *condutora-à-verdade* – ou que tem por base uma competência desse tipo. Como acabamos de ver, existe uma diferença na natureza das virtudes, quando contrapomos seu uso zagzebskiano e sosiano. Apesar de conceder a ideia aristotélica de que uma virtude é certa disposição para fazer escolhas deliberadas, Sosa entende que esta ideia é insuficiente para uma abordagem epistêmica. Isso porque quando pensamos em um mecanismo formador de crenças que é *condutor-à-verdade*, não pensamos que tal formação precisa se dar de forma deliberada. Se fosse o caso, nos restaria o problema de explicar por que normalmente atribuímos conhecimento em casos de crenças formadas perceptivamente ou por introspecção³¹.

Assim, para poder dar conta dessas demandas epistêmicas mais simples, precisaríamos pensar as virtudes em um sentido mais amplo. Sosa sugere, então, que encaremos virtudes como competências ou habilidades que habilitam o sujeito a obter conhecimento ou, pelo menos, obter justificação adequada para uma crença, através de sua condutividade à verdade. No entanto, esta condutividade sugerida por Sosa está em uma condicional. Para entendermos qual é, de fato, o papel de uma virtude na formação da crença é preciso que percebamos que sua função está associada a um conjunto de condições que podem variar de situação para situação. Ou seja, para que determinada faculdade cognitiva possa ser considerada uma virtude, sua função precisa se dar em uma circunstância apropriada, na qual sua confiabilidade possa estar apropriadamente estabelecida. A ideia de que há certa relatividade contextual no reconhecimento de uma faculdade como habilidade cognitiva tem um propósito claro,

³¹ SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1991, p. 271..

na abordagem de Sosa. Sua preocupação aqui é a de sugerir que a atribuição de justificação através de uma virtude tem por base o componente social da atribuição de conhecimento. Nós nos preocupamos em ter justificação para nossas crenças porque isso nos coloca em um estado que é importante para a comunidade. Somos, segundo essa proposta, espécie interessada no compartilhamento adequado de informações e dependente das informações compartilhadas por outros sujeitos. Para que essas informações nos sejam úteis, então, elas precisariam se dar em um campo de proposições inserido em um contexto que possa, por sua vez, ser reconhecido e repetido pela comunidade epistêmica. Para Sosa, é por esta familiaridade com o campo de proposições, inserido em um contexto específico, que conseguimos identificar (e adquirir) as faculdades relevantes para tal contexto, cuja posse nos torna sujeitos compartilhadores adequados de informações para uma comunidade³². Assim, na presença dessa ressalva, podemos então ver uma definição mais precisa das virtudes intelectuais confiabilistas.

A definição de virtudes intelectuais, como proposta por Sosa, pode se dar da seguinte maneira: virtude ou habilidade intelectual confiável é uma competência por meio da qual um sujeito, na maioria das vezes, obtém a verdade e evita o erro em certo campo de proposições *F*, em certas condições *C*. Em outras palavras,

[Um] sujeito *S* acredita na proposição *p* em *t* a partir de uma virtude intelectual apenas se existe um campo de proposições *F*, e existem condições *C*, tais quais: (a) *p* está em *F*; (b) *S* está em *C* no que diz respeito a *p*; e (c) *S* muito provavelmente estaria certo se *S* acreditasse na proposição *X* no campo *F*, em condições *C* no que diz respeito a *X*³³.

Uma das diferenças básicas entre a proposta de Sosa e o confiabilismo histórico de Goldman é a de que, na presente teoria, não há uma exigência de um processo cognitivo histórico que causa determinada crença para que esta crença esteja fortemente justificada. Segundo Sosa, exigir que tal processo se dê, é colocar sobre si o problema de explicar casos paradigmáticos de conhecimento, como o *cogito*

³² SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1991, p. 275.

³³ SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1991, p. 138.

cartesiano. O que haveria de peculiar na formação da crença, do ponto de vista de uma teoria confiabilista das virtudes, é que o sujeito precisa ter certa natureza interna alinhada ao ambiente no qual ele se encontra em um determinado instante, através da qual ele obtém mais crenças verdadeiras do que falsas em um campo.

Alternativamente, podemos pensar nessa natureza interna como faculdades cognitivas através das quais, quando S crê que p em t , estando S lidando com proposições inseridas em F , sob condições C , S está inclinado a crer na verdade de que p . A peculiaridade da sugestão é ainda mais forte se pensarmos em que sentido ela se diferencia da teoria da justificação proposta por Zagzebski. Enquanto Zagzebski sugere que o exercício das virtudes carrega consigo um elemento *condutor-à-verdade* a longo prazo, e que a virtude possui certo tipo de valor intrínseco, associado ao desejo do sujeito em relação à formação adequada do seu caráter intelectual, a proposta de Sosa é a de que esse exercício lida com condições de S em t e fornece uma condutividade atual à verdade, quando S está, de fato, em t . Tendo em vista que uma boa teoria da justificação precisa dar conta de casos paradigmáticos de justificabilidade e de conhecimento, a sugestão de Sosa parece conservar uma vantagem prática frente a sua concorrente aretaica e ao confiabilismo clássico de Goldman, pois lida com casos de justificabilidade que não pressupõem uma história cognitiva do sujeito, seja ela causal ou não.

O que a proposta de Sosa pressupõe, entretanto, é um elemento que a torna ainda mais interessante para o momento pelo qual a epistemologia contemporânea passa. Sua teoria da justificação, como veremos, carrega um elemento interno que, em alguma medida, a aproxima do tipo de teoria proposta por Zagzebski, mas que parece mais eficaz em lidar com uma demanda importante para esse campo de estudo. Sosa sugere que, para que S tenha justificação de que p , em uma acepção mais simples do termo, a justificação S precisa derivar de uma inferência explicativa. Em outras palavras, S precisa estar em posição de perceber que sua crença atual é coerente com o conjunto total de crenças que ele possui.

Sosa parece sugerir, assim, uma maneira de atender, ainda que indiretamente, a

uma demanda internalista quanto à justificação³⁴. E, para entender esse caráter internalista de sua posição, precisamos entender qual o papel da noção coerência no seu trabalho, um dos componentes centrais do perspectivismo das virtudes que ele propõe.

Uma teoria epistêmica coerentista mais tradicional é uma posição internalista segundo a qual a fonte de justificação de uma crença é a coerência dessa crença com o sistema doxástico total do sujeito que a mantém. Para o coerentista comum, a justificação tem origem em um movimento de suporte entre crenças de um sistema. Diferentemente do que sustenta o fundacionista, o principal adversário teórico do coerentista, para esse último a relação inferencial que justifica uma crença não é linear e não se encerra em uma crença-base que não demanda justificação auxiliar.

O coerentismo perspectivista de Sosa surgiu tendo como uma das propostas centrais a articulação dessas duas teorias. Se por um lado, sua proposta concede o ponto coerentista, de que a justificação é um fator derivado do suporte de uma crença particular por crenças do mesmo sistema doxástico, por outro lado, ele aceita a ideia básica do fundacionismo, de que a justificação de uma crença é derivada, em última instância, de um elemento básico independente, que não necessita de outras crenças para estar ele mesmo justificado. Enquanto o coerentismo comum propõe que a justificação é fruto da coerência, para Sosa a justificação advém, em primeira ordem, como vimos, da confiabilidade. A coerência tem, porém, uma importante função negativa de segunda ordem, nessa proposta: de acordo com ela, *S* não pode estar subjetivamente justificado se ele percebe que o sistema de crenças que mantém não é coerente com a crença formada pelo processo confiável básico³⁵.

A coerência, no perspectivismo das virtudes, ainda é uma relação entre crenças. No entanto, uma destas crenças, aquela de segunda ordem, é sobre a confiabilidade do processo que gerou a crença de primeira ordem. E este processo, como vimos, diz

³⁴ Sosa não é um internalista, mas tenta captar aquele tipo de ideia, cara ao internalista, de que a vida mental do sujeito epistêmico desempenha algum papel na sua justificação.

³⁵ Para uma visão mais aprofundada da posição de Sosa no debate entre coerentistas e fundacionistas ver SOSA, 1980; SOSA, Ernest. "The Coherence of Virtue and the Virtue of Coherence: Justification in Epistemology". In: *Synthese*, n. 64, 1985, p.3-28.

respeito a um tipo de justificação de caráter mais fundacionista. Assim, embora externalista, Sosa articula duas importantes noções internalistas para poder propor um tipo de peculiar de teoria da justificação.

No entanto, um exame mais atento do que Sosa entende por justificação nos mostra que esta noção serve a propósitos outros em sua teoria, do que o de ser eficaz em lidar com um tipo de intuição internalista. Sosa pretende caracterizar a justificação interna apreendendo uma explicação para casos de crença justificada que, aparentemente, não se configuram como conhecimento, ou pelo menos não se configuram como o tipo de instância no qual estamos interessados.

Um conjunto coerente de crenças justificadas é possível e, ainda assim, pode ser o caso de nenhuma delas atingir o status de conhecimento. O exemplo do novo gênio maligno é um caso paradigmático, neste sentido. S_1 , o gêmeo epistêmico de S no mundo manipulado, pode ter um conjunto de crenças coerentes e largamente justificadas, tais como as de S no mundo atual. No entanto, nenhuma delas é um caso de conhecimento, dado que esse sujeito só sustenta crenças falsas – crenças tornadas falsas pelo gênio manipulador. A concessão de Sosa, dessa maneira, é uma concessão pela intuição básica do exemplo. Como pode haver um gêmeo de S com o mesmo conjunto coerente de crenças e com, aparentemente, o mesmo grau de justificabilidade, mas cujas crenças nunca são instâncias de conhecimento, ao contrário do acontece com sua contraparte no mundo atual?

Para Sosa, o que os gêmeos podem compartilhar é esse tipo interno de justificação. Eles podem estar igualmente justificados, quando analisamos apenas a sua justificação interna. Entretanto, para isso, há de se relativizar o ambiente no qual essa justificação é possível. Como no caso do gêmeo manipulado a coerência do seu sistema doxástico não é uma virtude intelectual, ele só poderá possuir essa justificação interna se relativizarmos a avaliação para o ambiente não-manipulado. Para Sosa, esse tipo de justificação é importante e, no mundo atual, pode ser entendida como uma competência cognitiva relevante para S . Todavia, no mundo manipulado, a posse de tal coerência interna serve apenas para salvar o sujeito de qualquer acusação de má

conduta epistêmica. No mundo do gênio maligno, S_1 não possui conhecimento, mas não parece o caso de imputamos a ele uma culpa *prima facie* por sua conduta epistêmica.

4.2 Crença apta e crença justificada

O ponto explorado acima vai além da concessão de uma justificação interna relativizada. A teoria em questão requer que o sujeito não apenas forme uma crença de segunda ordem acerca da confiabilidade das suas fontes de crença. Sua exigência é a de que, haja uma confiabilidade de fato nessas fontes. Ou seja, Sosa requer que a justificação interna derive de uma crença verdadeira sobre a confiabilidade das competências cognitivas que dão origem a seus estados doxásticos.

Sosa divide conhecimento em dois tipos: *conhecimento animal* e *conhecimento reflexivo*. Para ele, um sujeito tem conhecimento animal se sua crença é formada por uma habilidade cognitiva confiável, ou seja, por uma virtude do intelecto. Este tipo de conhecimento, para ele, é não-reflexivo. *S* sabe que *p*, nesse sentido, se *p* é decorrente de uma virtude intelectual, cuja operação faz com que *S* esteja mais inclinado à verdade do que à falsidade da proposição. Segundo esta teoria, a crença animal de *S* seria uma crença apta, pois, nos termos sosianos

A "aptidão" de uma crença *B* relativa a um ambiente *E* requer que *B* derive do que, relativo a *E*, é uma virtude intelectual, i.e., uma maneira de chegar à crença que produza uma preponderância apropriada de verdade sobre erro (no campo de proposições em questão, no tipo de contexto definido por *C*)³⁶.

Enquanto justificação é um elemento interno, que diz respeito à "'aplicação' [...] de nossos procedimentos intelectuais mais profundos (o que torna a justificação relativista e indexical)"³⁷, aptidão é algo completamente externo ao sujeito, porque faz referência ao "exercício apropriado de uma virtude – o que significa que a proposição

³⁶ SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1991, p. 289.

³⁷ SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1991, p. 291. Por justificação relativista e indexical, Sosa quer dizer que aquilo que justifica uma crença não é generalizável para todas as crenças semelhantes de outros sujeitos epistêmicos, pois ela depende, como veremos, de uma perspectiva epistêmica particular, em uma situação epistêmica particular.

acreditada deve ser do tipo correto, no campo de proposições F , e as circunstâncias C devem ser corretas (incluindo frequentemente circunstâncias externas)"³⁸. Conhecimento animal precisa envolver apenas a aptidão da crença em questão. Para que S tenha conhecimento animal, sua crença de que p precisa, como vimos, derivar de uma competência que conserve a preponderância da verdade sobre a falsidade.

Conhecimento reflexivo, por sua vez, envolve mais do que isso. Para S ter conhecimento reflexivo, ou conhecimento humano, seu grau de justificabilidade não pode se limitar à aptidão. S precisa estar em uma perspectiva adequada desta aptidão. Ou seja, para que S saiba reflexivamente que p , a faculdade de S que gerou tal crença precisa ser identificada como uma virtude intelectual coerente dentro do campo de proposições F , nas condições C nas quais S se encontra. Esse tipo de conhecimento, então, envolve não apenas a aptidão, um sentido fraco de justificação interna derivado da confiabilidade externa. Ele envolve também a justificação interna no sentido forte, como a que discutimos acima.

O conhecimento reflexivo demandaria, necessariamente, a ocorrência da justificação reflexiva, ou seja, demandaria que a crença de S não apenas fosse gerada por uma faculdade confiável – uma virtude intelectual – mas que S tivesse uma perspectiva coerente desta faculdade no seu conjunto total de crenças ($F-C$)³⁹. S precisaria, nesse sentido, formar uma crença acerca da confiabilidade das habilidades cognitivas que geram sua crença de primeira ordem.

Com seu perspectivismo das virtudes, então, Sosa nos fornece uma teoria da justificação que aparentemente consegue lidar com demandas epistêmicas mais centrais, como a de dar conta de casos paradigmáticos de conhecimento. Além disso, Sosa sugere que sua abordagem consegue lidar adequadamente com os três problemas principais enfrentados pelo confiabilismo clássico: a generalidade, a metaincoerência e o novo gênio maligno. Resta-nos, então, no que se segue, ver como essa teoria da justificação confiabilista com foco nas virtudes responde a estas questões.

³⁸ SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1991, p. 292.

³⁹ SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1991, p. 291.

5. O perspectivismo das virtudes e os problemas para o confiabilismo

5.1 O problema do novo gênio maligno revisitado

Pensemos, primeiro, que tipo de respostas essa teoria tem a oferecer ao problema do novo gênio maligno. A dificuldade central do problema está na confiabilidade dos processos envolvidos. Temos dois sujeitos, S e S_1 , na mesma situação epistêmica com relação ao conjunto de crenças que eles possuem, ou seja, eles sustentam as mesmas proposições e as sustentam com base no mesmo tipo de base racional. No entanto, no primeiro caso, as crenças de S são verdadeiras, mas no caso de S_1 , as crenças são largamente falsas, dado que elas são frutos da vontade de um gênio maligno, que manipula as crenças de S_1 para que ele sempre acredite em falsidades. Vimos que o confiabilismo simples é colocado em xeque quando confrontado com este problema, pois se coloca a seguinte questão: dado que os dois sujeitos estão em um mesmo estado epistêmico, se um deles possuir justificação para suas crenças o outro também a possuirá; e, se esse for o caso, não faz diferença se as crenças de S_1 foram formadas por um processo confiável ou por um processo não-confiável – ele continuará mantendo o mesmo status epistêmico que seu gêmeo não-manipulado; dessa forma, a confiabilidade não seria necessária para a justificação.

Vimos que Goldman tentou rever os termos de sua teoria, propondo que uma divisão entre os sentidos de justificabilidade poderia solucionar o problema. No entanto, como salientou Sosa, a solução mostra apenas que os dois sujeitos continuam na mesma situação, pois ambos não têm como acessar a confiabilidade dos seus processos cognitivos. Dessa maneira, não parece ser o caso de haver uma diferença substancial em suas respectivas justificações. As respostas confiabilistas, entretanto, não se limitaram àquelas apresentadas por Goldman na reformulação da sua abordagem processual. A teoria da justificação que acabamos de ver nos oferece um caminho alternativo para lidar com a dificuldade em questão.

Segundo a abordagem desenvolvida por Sosa, o que S e S_1 têm em comum é um tipo de justificabilidade como coerência interna. Para esse ser o caso, entretanto,

precisamos relativizar os dois cenários para um ambiente no qual as habilidades cognitivas em questão sejam virtudes intelectuais. Ou seja, não há nada de errado em atribuir justificação a S_1 , sob a condição de que se avalie sua situação epistêmica tomando como referência o ambiente não-manipulado⁴⁰. No mundo manipulado, entretanto, esse sujeito continua sem justificação. E Sosa nos explica por quê. Sob o domínio do gênio maligno, S_1 não pode ter uma perspectiva coerente do seu sistema de crenças porque suas habilidades cognitivas não são confiáveis. Por mais que ele forme uma crença de que as fontes de suas crenças de primeira ordem são confiáveis, esta crença nunca será verdadeira. O sujeito manipulado então, sob a avaliação de Sosa, não possui o mesmo grau de justificação que sua contraparte no mundo atual. Suas crenças não são aptas, pois não são originadas em virtudes intelectuais. Tampouco elas são justificadas, pois o sujeito não poderia crer na verdade da confiabilidade de suas habilidades cognitivas. Para Sosa, e este é o ponto mais original de sua solução, ambas as faculdades só serão confiáveis e ambos os sujeitos só terão a mesma justificação interna se a situação for relativizada para o mesmo ambiente E , no mesmo campo proposicional F , sob as mesmas circunstâncias C ⁴¹.

5.2 O problema da metaincoerência revisitado

O problema da metaincoerência suscita uma estratégia semelhante. Lembremos que o que está em jogo nesse problema é a formação de crenças por um processo realmente confiável, cuja confiabilidade não é sustentada pelas evidências que estão disponíveis para o sujeito.

A estratégia de Sosa, neste caso, é mostrar que o que falta para o sujeito é uma perspectiva coerente adequada do seu sistema doxástico. Em outras palavras, falta a este sujeito, uma crença verdadeira acerca da confiabilidade das habilidades que deram origem a sua crença de primeira ordem. Sua crença é apta, pois foi formada por uma virtude intelectual, a clarividência, mas o sujeito clarividente não enxerga a

⁴⁰ GRECO, John. "Virtues in Epistemology". In: MOSER, Paul (Org.). *Oxford Handbook of Epistemology*. New York: Oxford University Press, 2002, p. 22.

⁴¹ SOSA, Ernest. *Knowledge in Perspective*. Cambridge, MA: Cambridge University Press, 1991, p. 144.

coerência desta habilidade dentro de seu sistema total de crenças. Neste sentido, a sugestão de Sosa parece ser a de que o problema não está na confiabilidade do mecanismo que formou a crença de que a presidenta está em São Paulo, mas na perspectiva que o sujeito tem sobre esta confiabilidade⁴².

5.3 O problema da generalidade revisitado

A tentativa de solução do problema da generalidade, apesar de levemente distinta, também apela para a ideia de que o sujeito doxástico precisa ter uma virtude de segunda que monitora a aptidão da sua crença-alvo⁴³. Já discutimos anteriormente que Sosa considera a justificação uma ferramenta social, que nos coloca em um estado de interesse da comunidade. Um estado no qual, ao mesmo tempo em que compartilhamos informações, somos dependentes do compartilhamento adequado de informações por outros sujeitos. Para ser útil, este estado depende que haja uma regularidade objetiva no campo proposicional F sob as condições C nas quais o sujeito se encontra.

O problema, desta forma, está na generalização da cláusula $F-C$ quando da operação de uma faculdade cognitiva. Segundo Sosa, para manter a familiaridade e a regularidade do campo F nas circunstâncias C , devemos pensar nessa generalização como uma virtude de segunda ordem, uma virtude cujo trabalho é identificar quando uma virtude de primeira ordem está na presença da cláusula $F-C$.

No perspectivismo das virtudes, um sujeito que possui uma crença apta, ou seja, uma crença gerada por uma faculdade confiável, não pode ter uma perspectiva epistêmica adequada se não possuir uma virtude de segunda ordem que aponte para a aptidão da crença em questão. Até agora, essa competência estava sendo representada

⁴² LUZ, Alexandre Meyer. *Conhecimento e justificação: problemas de epistemologia contemporânea*. 1. ed. Pelotas: NEPFil online, 2013, p. 221.

⁴³ É importante notar que a posse dessa virtude de segunda ordem não implica que o sujeito forme crenças acerca de suas crenças de primeira ordem, mas apenas que o sujeito tenha um mecanismo de monitoramento da aptidão dos seus processos de formação de crenças. Ainda que ele forme crenças sobre a aptidão das crenças-alvo, estas não são crenças de segunda ordem, mas crenças sobre processos de formação de crenças. Agradeço a um/a dos/as pareceristas da *Pensando* por apontar possibilidade de ambiguidade sobre este ponto.

pela coerência interna do sistema. Para Sosa, a generalização também é uma destas virtudes de segunda ordem. Portanto, no que diz respeito ao perspectivismo das virtudes, o problema da generalidade não é, de fato, um problema, dado que para ter justificação, é preciso que seja realizada de antemão a delimitação necessária da cláusula *F-C*, evitando assim a acusação de que as condições nas quais a faculdade cognitiva confere justificação não estão suficientemente especificadas.

6. Considerações finais

Neste artigo, apresentamos uma investigação sobre o potencial de uma teoria confiabilista da justificação, em duas de suas formulações mais comuns. No primeiro momento, vimos que a formulação clássica do confiabilismo, apesar de oferecer respostas intuitivas a algumas questões epistêmicas, está vulnerável a pelo menos três problemas importantes: o problema da generalidade, o problema da metaincoerência e o problema do novo gênio maligno. Mostramos rapidamente em que sentido a teoria de Goldman é afetada por tais problemas.

Em seguida, voltamos a atenção para uma formulação alternativa do confiabilismo, uma que adota para si a noção de virtude intelectual: o perspectivismo das virtudes. Vimos como a teoria proposta por Sosa, ao sugerir que uma crença justificada adequadamente precisa respeitar a coerência interna do sistema doxástico total de um sujeito, insere no confiabilismo um caráter levemente responsabilista. Nesta abordagem o sujeito não precisa apenas ter sua crença formada por uma faculdade confiável, apesar de que seja fundamental que isto se dê. Ele precisa, adicionalmente, possuir uma crença de segunda ordem acerca da aptidão de sua crença-alvo. Discutimos ainda rapidamente em que grau a proposta de Sosa consegue se impor frente às intuições zagzebskianas acerca das virtudes intelectuais, quando o que está em jogo é a caracterização da natureza justificacional de um agente. Por fim, vimos também como esta formulação do confiabilismo sosiano pretende dar conta dos três problemas caros ao confiabilismo tradicional.

O responsabilismo presente na formulação do perspectivismo de Sosa, ainda que

tímido, é uma das marcas das teorias das virtudes na epistemologia contemporânea. Em *Virtues of the Mind*, Zagzebski desenvolveu toda uma teoria centrada na ideia de responsabilidade doxástica, mas ofereceu, por sua vez, uma proposta na qual aquilo que confere justificação à crença de um sujeito deve derivar de sua conduta epistêmica consciente a longo prazo. Em contrapartida, alguns autores seguiram a intuição original de Sosa e desenvolveram teorias derivadas do confiabilismo para tentar fornecer uma abordagem da justificação capaz de atender às demandas epistêmicas centrais. Em trabalhos recentes, algumas dessas derivações do confiabilismo das virtudes de Sosa vieram à tona. Uma proposta que se utiliza da centelha responsabilista lançada por Sosa, e que desenvolve um tipo particular de abordagem acerca da justificação, elevando consideravelmente a plausibilidade psicológica do confiabilismo das virtudes, é o confiabilismo do agente de John Greco. Um dos propósitos centrais de sua reformulação consiste em tentar dar conta de explicar melhor a vida epistêmica dos sujeitos doxásticos, e entender o valor de suas atividades cognitivas, mesmo que todas as suas crenças sejam falsas. Para avaliar as diferenças, vantagens e desvantagens do trabalho de Greco quando comparado ao perspectivismo original precisaríamos fazer um estudo dedicado e compreensivo dessa teoria. Este, entretanto, é um trabalho que foge ao escopo da nossa proposta presente e que ficará para outro momento.

Doutor em Filosofia (UFSC)
Professor de Filosofia (UFMT)
E-mail: breno.ricardo@gmail.com